

OS OBJECTIVOS DA APDSI

2. Acrescentar um quarto Eixo de Acção, transversal, orientado para a "Sociedade da Informação" e destinado a reconhecer explicitamente a Sociedade da Informação como eixo de desenvolvimento.
3. Ajustar todo o plano, de modo a integrar os quatro eixos de acção de forma consistente e com elevados níveis de articulação.
4. Passar as componentes do Plano Tecnológico destinadas a ser operacionalizadas no seu primeiro ano de vigência para um nível mais detalhado, definindo-se projectos, com os respectivos objectivos, planos temporais e de meios.
5. Estabelecer prioridades relativas para todas as acções/projectos do Plano e determinar ao mesmo tempo as lideranças de todos os programas de acção e grandes projectos.
6. Divulgar a nova versão do Plano.

A APDSI tem por objecto a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal.

Para a prossecução do seu objecto, a Associação poderá desenvolver todas as actividades que julgue necessárias ou convenientes, nomeadamente:

- Informar, aconselhar e apelar para o Estado em questões políticas e legais relativas à Sociedade da Informação e do Conhecimento;
- Informar os cidadãos, empresas e outras entidades em questões relativas à Sociedade da Informação e do Conhecimento;
- Contribuir para o combate à info-exclusão;
- Apoiar e desenvolver actividades que façam chegar os benefícios da Sociedade da Informação ao maior número possível de cidadãos;
- Promover e dinamizar projectos de utilidade pública no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Em harmonia com estes objectivos, a Visão da APDSI é a de Portugal ser um país na frente do desenvolvimento mundial da Sociedade da Informação e do Conhecimento e em que todos, sem distinção de classe social, de nível educacional, de deficiências físicas ou mentais, de idade ou de outros factores, possam ter acesso aos benefícios da Sociedade da Informação.

CONTACTOS DA APDSI

APDSI
ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
Madan Parque - PCTAS, Edifício VI
Campus da Caparica, Monte de Caparica
2829-516 Caparica - Portugal
Tel. +351 212 949 606
Fax: +351 212 949 607
e-mail: secretariado@apdsi.pt
URL: www.apdsi.pt

PATROCINADORES GLOBAIS



Plano Tecnológico

Posição do Grupo de Alto Nível da APDSI

Lisboa, 5 de Janeiro de 2006



O GRUPO DE ALTO NÍVEL DA APDSI

A APDSI constituiu recentemente um Grupo de estudos – designado, por simplicidade, Grupo de Alto Nível (GAN) – o qual recebeu a missão de facultar à Associação, de uma forma sistemática e continuada, uma avaliação qualitativa e quantitativa da acção do Governo na área da Sociedade da Informação.

O GAN contará como principais padrões de referência: o programa eleitoral e o programa do Governo, estudos e estatísticas nacionais, da Comissão europeia, da OCDE, da UNESCO, e outros documentos que se julguem pertinentes.

O GAN é composto por 15 membros, seleccionados individualmente pela Direcção da Associação, e que aceitaram colaborar com a APDSI, colocando o seu conhecimento, a sua experiência e esforço individual ao serviço da comunidade nacional.

A experiência e responsabilidades profissionais (presentes e passadas) dos membros, constituem o principal valor do GAN – estando representados vários sectores da economia e da sociedade portuguesa.

O GAN pretende produzir periodicamente um documento de posição sobre um tema de interesse nacional, procurando-se sempre que o mesmo seja pertinente, actual e relevante relativamente à Sociedade da Informação.

A APDSI considera que a acção do GAN constituirá uma colaboração competente e interessada, ajudando a melhorar e/ou ajustar acções que o Governo esteja a desenvolver ou a planear, e que tenham impacto na sociedade da Informação.

Essa acção é levada a cabo numa manifestação clara de cidadania, e aderindo obviamente aos objectivos da APDSI.

Pela enorme importância de que se reveste o Plano Tecnológico (PT), ele foi fixado como primeiro alvo da posição a tomar pelo GAN.

As peripécias e desarticulações ministeriais que se observaram em torno da elaboração do designado “Plano Tecnológico” influenciaram a definição do mesmo (como se verifica agora que ele foi publicado), determinando inconsistências.

O documento publicado corresponde à definição de um conjunto de alvos estratégicos.

Essa definição encontra-se, contudo, desenquadrada de uma visão estratégica que lhe dê coerência e dinâmica de mobilização e que a ligue a um projecto de desenvolvimento para Portugal.

Não sendo um plano estratégico genuíno, não é todavia, um plano operacional, já que os alvos propostos são mais gerais do que é desejável que aconteça num plano destinado a ser aplicado e controlado afirmativamente.

Não estamos, assim, nem perante um plano estratégico que alimente uma visão nem perante um plano operacional que determine acções concretas a realizar para os alvos definidos e especificados.

Apesar das suas intenções muito abrangentes e ambiciosas, a falta de coerência e harmonia de que padece deixa a descoberto a ausência de articulações integradoras entre os programas de abordagem aos vários sectores: não nos parece que as articulações entre o “PNACE 2005/2008”, o “Plano Tecnológico 2005/2009” e o programa “Ligar Portugal” estejam suficientemente determinadas, facto que levanta dúvidas antecipadas sobre o sucesso do conjunto.

Ao nível operacional, para um primeiro ano, não estão definidos todos os projectos para a concretização do Plano, o que não permite a avaliação dos diversos recursos necessários à sua aplicação, sobretudo os humanos e os financeiros. Como exemplo, no âmbito da qualificação dos recursos humanos: não estão explícitos planos, com metas mensuráveis, para educação e formação.

Não é clara a relação entre as metas e as medidas para as concretizar. Não foram divulgados documentos sobre a articulação entre as iniciativas e os objectivos que já estão fixados, nem são conhecidos estudos da respectiva avaliação económico-financeira.

Em suma, não são indicados os “como fazer” das diversas medidas, nem os “com quê”.

O PLANO TECNOLÓGICO

1. Plano nem estratégico nem é operacional

2. Dificuldade de medição e auditoria

3. Ausência de liderança e de impacto na sociedade civil

4. Deficiente perspectiva da Sociedade da Informação

5. Insuficiente articulação com a modernização administrativa do sector público

6. Recomendações

Não fazendo parte de um projecto emblemático já com meios e objectivos detalhados definidos e afectados, como é o caso da “OTA” ou do “TGV”, e não tendo tido uma liderança única e carismática no topo, visível e reconhecida, o Plano Tecnológico tem sido, até ao momento, uma frustração nacional.

Por um lado, não contenta as indústrias envolvidas, que parece não se reverem nas medidas e nas metas, nem vislumbrarem a sua aplicabilidade efectiva; e por outro, falha ao não conseguir uma percepção pública suficientemente positiva e motivadora sobre as intenções do governo inscritas no Plano Tecnológico.

Um plano com um âmbito tão abrangente e com objectivos estratégicos tão importantes para o País, não pode ser realizado sem liderança dedicada (a tempo inteiro), sem poderes e orçamento efectivos.

A Sociedade da Informação não é reconhecida explicitamente como eixo de desenvolvimento.

Pelo modo generalista como a trata, o Plano Tecnológico desvirtua os seus objectivos.

Isto apesar da Sociedade da Informação representar 8% do PIB e 6% do emprego na EU, e ser uma área de extrema relevância para o “choque tecnológico” tão necessário para Portugal.

A Sociedade da Informação não se resume à disponibilização de infra-estruturas de comunicação e de interligação capazes.

O Plano é omissivo quanto ao aproveitamento e evolução de competências e estruturas existentes (formadas em fases anteriores e que evoluíram naturalmente), e não é suficientemente claro sobre o “quê” e “como” se pretende fazer: no que diz respeito à educação e formação dos vários agentes da Sociedade da Informação, aos processos e arquitecturas organizacionais que se considerem críticos e/ou importantes.

No que se refere à Administração Pública, o Plano não é explícito quanto à preocupação de se utilizar este “momento de excepção” como uma oportunidade para a sua renovação.

É apenas apontada uma série de iniciativas, as quais, se não forem objecto de atenção e coordenação centralizada e específica, poderão transformar-se em mecanismos de perpetuação de muitas das situações actuais.

O documento não explicita um modelo organizacional – esperando-se ainda o resultado de auditorias em curso no universo das entidades públicas – nem uma estratégia de “governo electrónico”.

Esta omissão acentua o que cremos ser um hiato entre o Plano Tecnológico e a modernização administrativa, não contribuindo para o aligeiramento da burocracia no Estado. O Plano Tecnológico não contempla a interoperabilidade de sistemas de informação e processos de trabalho que deve ocorrer dentro e entre a Administração Pública e as empresas para reduzir a burocracia e contribuir para alcançar os objectivos de Lisboa.

Como exemplo: anteriores referências no PNACE à promoção de uma cultura de segurança na Administração Pública foram subestimadas no documento do Plano, o que poderá ter grande impacto bloqueante em diversas áreas da Sociedade da Informação, nomeadamente as relativas ao comércio electrónico.

Por outro lado, os investimentos estatais na transformação da Administração Pública, ao contrário do que é prática corrente noutros países, não se enquadram numa estratégia clara de aproveitamento, criação e desenvolvimento de competências nacionais em tecnologias de informação e comunicação, que constituam uma alavanca para o reforço da competitividade externa das empresas nacionais exportadoras de serviços qualificados e de elevado valor acrescentado.

Em coerência com a leitura que o GAN fez do documento “Plano Tecnológico”, crê-se ser adequado fazer seis recomendações, para serem implementadas com a maior rapidez possível:

1. Conferir ao Plano uma liderança clara, uma visão inspiradora e uma forte capacidade de mobilização de todos os actores da sociedade civil.